

PHILLIP GIL FRANÇA

ATO ADMINISTRATIVO E INTERESSE PÚBLICO

Gestão pública, controle judicial e
consequencialismo administrativo

Prefácio:

VASCO PEREIRA DA SILVA

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

STJ00097053
ATO ADMINISTRATIVO
E INTERESSE PÚBLICO

Gestão pública, controle judicial e
consequencialismo administrativo

PHILLIP GIL FRANÇA

Prefácio

VASCO PEREIRA DA SILVA

0853

© desta edição
[2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELE TAPAI
Diretora responsável

Visite nosso *site*
www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/o a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil
[09-2013]

Profissional

Fechamento desta edição
[20.08.2013]



ISBN 978-85-203-4925-0

983161

SUMÁRIO

PREFÁCIO – VASCO PEREIRA DA SILVA	9
NOTA DO AUTOR.....	11
INTRODUÇÃO.....	17
1. ATO ADMINISTRATIVO	23
1.1 Construção teórica do ato administrativo	24
1.2 Estruturação do ato administrativo.....	31
1.2.1 Pressupostos do ato administrativo	32
1.2.2 Elementos do ato administrativo	33
1.2.2.1 Motivo (causa)	34
1.2.2.2 Competência.....	36
1.2.2.3 Objeto (conteúdo)	37
1.2.2.4 Finalidade	39
1.2.2.5 Forma.....	40
1.2.3 Atributos do ato administrativo.....	43
1.2.3.1 Validade	43
1.2.3.2 Veracidade e Legitimidade.....	46
1.2.3.3 Imperatividade e Exigibilidade.....	46
1.2.3.4 Autoexecutoriedade	48
2. INTERESSE PÚBLICO E O REGIME JURÍDICO DO ATO ADMINISTRATIVO	50
2.1 A busca do interesse público como base do regime jurídico do ato administrativo.....	59
2.2 A questão da supremacia (preponderância) do interesse público sobre o privado e os poderes da Administração Pública	63
2.2.1 Poder normativo ou regulamentar.....	65
2.2.2 Poder hierárquico.....	67
2.2.3 Poder disciplinar	70

2.2.4	Poder de Polícia	73
2.3	Inafastabilidade do Alcance do Interesse Público pela Administração e os Princípios da Administração Pública	75
2.3.1	Princípio da legalidade	79
2.3.2	Princípio da impessoalidade.....	83
2.3.3	Princípio da moralidade	85
2.3.4	Princípio da publicidade.....	87
2.3.5	Princípio da eficiência	91
2.3.6	Princípio da proporcionalidade	92
3.	GESTÃO PÚBLICA E CONSEQUENCIALISMO ADMINISTRATIVO.....	96
3.1	Gestão Pública	99
3.1.1	Princípio da Eficiência	104
3.1.2	Questões acerca da Administração ótima.....	105
3.1.3	Adequado exercício administrativo	108
3.2	Desafios da adequada gestão pública, escolhas públicas e consequencialismo administrativo responsável.....	111
3.2.1	Objetividade e subjetividade na administração pública.....	111
3.2.2	Regulação estatal	115
3.2.3	O dilema do sucesso estatal: escolhas públicas, assimetrias intér-relacionais, análise econômica do direito e consequencialismo administrativo responsável	120
3.2.4	A Realização dos objetivos Fundamentais da República Brasileira e os Mecanismos Mínimos de Permanente Desenvolvimento Intersubjetivo de seus Partícipes ...	134
3.2.5	Sinérgico sistema de controle de escolhas públicas para o sucesso estatal.....	139
4.	CONTROLE JUDICIAL DO ATO ADMINISTRATIVO	145
4.1	Chancela, convalidação e invalidação do ato administrativo .	149
4.2	Discrecionariiedade Administrativa e Ato Administrativo	158
4.2.1	Mérito do ato administrativo: limites dos critérios de conveniência e oportunidade do Estado	164
4.3	Ponderação dos valores constitucionais envolvidos na tutela jurisdicional do ato administrativo constitucional.....	167

4.4	O papel da motivação do ato administrativo para viabilização do seu controle judicial	173
4.4.1	Motivação e fundamentação do ato administrativo	174
4.5	Controle judicial da discricionariedade administrativa e sindicabilidade da conformação legal da motivação do ato administrativo.....	181
4.5.1	Questões Acerca da Insindicabilidade do Mérito do Ato Administrativo pelo Estado-juiz	184
4.6	Barreiras a serem superadas para a efetiva tutela jurisdicional da discricionariedade administrativa	189
4.6.1	Integração da clássica teoria da tripartição dos poderes (funções) do Estado à realidade atual	190
4.6.2	A legitimação democrática do Estado-juiz.....	201
4.7	Insuficiência do modelo estabelecido para manutenção da sustentabilidade do sistema jurídico e o respectivo papel da informação neste contexto	206
4.8	Perspectivas do controle judicial da atividade administrativa do Estado a partir da sua necessária legitimação constitucional..	214
5.	ATO ADMINISTRATIVO E INTERESSE PÚBLICO	220
5.1	Nexo causal entre a produção do ato administrativo e a realização do interesse público a ser concretizado.....	220
5.2	Interesse público	222
5.3	Nexo causal (causalidade)	225
5.4	Produção do ato administrativo	226
5.5	Realização do interesse público a ser concretizado.....	227
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR	271